

# O Futuro da Europa

n1

Novembro/Dezembro 06

Os debates do Debate

Portugal e o Futuro da Europa

A Europa em análise

## Os debates do Debate

### Imigração, Integração e Diversidade que Respostas Europeias? Faro, 29 de Novembro

O movimento de pessoas não é um fenómeno novo mas assume actualmente uma dimensão política muito marcada, nomeadamente na Europa, terra por excelência de destino dos fluxos migratórios. A União Europeia tem procurado, na última década, desenvolver uma abordagem comum em matéria de asilo e imigração, desde Tampere. As visões e interesses dos Estados membros nestas matérias são variados e estamos ainda longe de um consenso sobre as prioridades e os meios adequados a uma política comum europeia. Paralelamente à produção de legislação comum, a União enfrenta um outro desafio, porventura ainda maior: a integração dos cidadãos de países terceiros. Que medidas adoptar para que os cidadãos estrangeiros, que são quase 4% da população da União, usufruam dos mesmos direitos que os cidadãos europeus? Que consequências tem uma visão securitária das questões migratórias?

Estas são as questões que se pretende discutir no primeiro Debate Regional realizado no âmbito do projecto **II Debate Nacional sobre o Futuro da Europa**. O Debate é organizado em parceria com o Centro de Documentação Europeia da Universidade do Algarve, em Faro, no dia 29 de Novembro.

### Os Desafios da Europa num Mundo Globalizado

Viana do Castelo, 6 Dezembro  
Funchal, 14 de Dezembro

O tema da Globalização é muito vasto e reveste-se de grande actualidade no plano da discussão sobre o futuro da União Europeia. Quais são as grandes questões com que a União se debate hoje em dia, e que constituem os seus maiores desafios? Qual o seu verdadeiro papel e dimensão enquanto actor nas relações internacionais? De que forma a sua dimensão económica e social condiciona a sua actuação? Como olham os outros actores internacionais para a União e para as missões que desempenha? Quais são os grandes desafios que se colocam ao bom funcionamento de uma União Europeia em constante processo de alargamento?

O Debate Regional em Viana do Castelo é o segundo de uma série de iniciativas de discussão pública que pretendem alargar o debate sobre o Futuro da Europa a todas as regiões do país. Organizado em parceria com o Forum Vianense, o debate tem lugar no dia 6 de Dezembro, em Viana do Castelo.

O mesmo tema será abordado no Debate Regional no Funchal, no dia 14 de Dezembro, organizado em parceria com o Centro Europe Direct do Funchal.

Poderá encontrar mais informações sobre estas iniciativas em [www.ieei.pt](http://www.ieei.pt)

## Portugal e o Futuro da Europa

■ Ao longo dos vinte anos de pertença à União Europeia, Portugal desenvolveu uma certa visão do que são os seus interesses no contexto comunitário, visão essa que foi sofrendo alterações à medida que a União evoluía. Hoje, perante um cenário internacional em profunda mutação, volta a ser relevante perguntar quais são as motivações portuguesas para prosseguir a sua integração com a Europa e de que forma devem essas motivações ser promovidas. Do alargamento às prioridades políticas da União, Portugal é chamado a definir posições claras. Haverá na diversidade de posições assumidas pelos vários sectores da sociedade elementos identificáveis de convergência?

O II Congresso sobre o Futuro da Europa é uma ocasião por excelência para fazer o ponto do debate europeu em Portugal, nas vésperas do início da Presidência portuguesa da União Europeia. O Congresso, agendado para 25 e 26 de Junho de 2007, coincide também com a celebração dos 50 anos do Tratado de Roma e, por isso, contará com a participação de personalidades nacionais e estrangeiras que tenham tido um papel relevante no processo de integração europeia e se disponham agora a reflectir sobre o futuro da Europa

Além dessas personalidades, estarão presentes os participantes dos debates e seminários que terão lugar entre Novembro deste ano e Maio de 2007. De facto, pretende-se que todos os participantes que assim o desejarem intervenham de forma mais activa no

Congresso, particularmente nas sessões temáticas, correspondentes aos temas-eixo do projecto.

Os participantes são por isso convidados a apresentar contributos sobre os temas em debate. Estes contributos – teses – são breves textos, sobre um ou vários aspectos que se insiram nos temas do projecto. Idealmente, a tese deve conter a visão do seu autor sobre o assunto em questão e conter propostas ou recomendações sobre como esse assunto deveria ser abordado. Para saber mais sobre o envio de teses, consulte [www.ieei.pt](http://www.ieei.pt).

### **A que regras devem obedecer as teses?**

- Ser trabalhos originais
- Possuir não mais de 5000 caracteres (cerca de duas páginas A4)
- Ser enviadas até **30 de Abril**

### **Como participar/enviar?**

- Aquando das iniciativas do projecto, contactando a organização
- Enviando o seu texto para o **IEEI: Rita Pais** ([rp@ieei.pt](mailto:rp@ieei.pt)) ou **Cristina Trancoso** ([ct@ieei.pt](mailto:ct@ieei.pt))

## A Europa em Análise

### ■ A Europa à espera de França

A França está no centro do impasse político em que a Europa vive actualmente. O chumbo do Tratado Constitucional europeu no referendo de Maio de 2005 e a incógnita em torno de quem irá ocupar o Eliseu nos próximos cinco anos deixam a Europa suspensa de um sinal claro e forte do que a França está disposta a fazer pelo projecto europeu. Os políticos franceses que se colocam na linha da frente da corrida à Presidência da República sabem-no bem e a pré-campanha tem permitido alguma discussão acerca do futuro da Europa.

Nicolas Sarkozy, que aparece quase isolado no campo da direita francesa, procura mostrar uma imagem firme, de um político que não receia a polémica que as suas propostas podem causar. Em diversas ocasiões (*intervenção na Fundação Konrad-Adenauer e na conferência organizada pela Friends of Europe*), Sarkozy defendeu que o maior problema actual da União Europeia é não possuir um quadro institucional e um mecanismo de tomada de decisões adequados e eficazes. Para colmatar esta falha, propõe a negociação e adopção de um “mini-tratado” que contenha os aspectos essenciais do Tratado Constitucional (eleição do presidente da Comissão pelo Parlamento Europeu, criação da figura do ministro dos Negócios Estrangeiros, extensão da maioria qualificada e da co-decisão à política judiciária e penal e mecanismo de cooperação reforçada, entre outras). Uma versão mais longa, contendo, por exemplo, a Carta de Direitos Fundamentais, poderia ser preparada dentro de alguns anos. Sarkozy mostra-se ainda favorável ao fim da unanimidade (a ser substituída por uma maioria “super qualificada”) e ao aprofundamento da integração entre os Estados membros que assim o desejem – embora tenha já recuado nas suas ideias de um “pelotão de líderes” reservado aos seis países com maior densidade populacional. Nas questões do alargamento, o pré-candidato de direita é um dos mais firmes opositores à entrada da Turquia na União Europeia. Outros candidatos poderão aderir, desde que a União tenha adoptado as reformas institucionais necessárias. De modo geral, uma das tarefas básicas da União para os próximos anos é, na sua opinião, a definição das fronteiras.

No campo da esquerda, Ségolène Royal foi eleita, nas primárias internas, como candidata socialista às eleições de Maio de 2007 com 61% dos votos. A candidata tem consciência de que a Europa e o Tratado Constitucional são uma ferida aberta na sociedade francesa. Daí a

necessidade que sente de tomar em consideração as preocupações expressas pelos franceses em relação ao Tratado. Essa é uma das razões que a leva a considerar que a Europa precisa de demonstrar que é capaz de enfrentar os problemas sociais e económicos que afligem os franceses. Só assim os cidadãos se sentirão identificados com o projecto europeu e aprovarão uma Constituição Europeia. É “*l’Europe par la preuve*”, não muito longe da “Europa dos resultados” do Presidente da Comissão Europeia, Durão Barroso. As provas devem ser dadas em áreas específicas, com destaque para a política externa, a regulação dos mercados globais, a energia, o apoio a uma economia mais sustentável e as questões sociais. Ao mesmo tempo, a candidata socialista considera que é necessário transformar o eurogrupo num verdadeiro governo económico europeu. Para a reforma institucional Ségolène rejeita as ideias de um mini-tratado e propõe um novo período de reflexão (a iniciar com a presidência alemã de 2007 e consolidado nas presidências seguintes, de Portugal e da Eslovénia) a desembocar numa nova convenção a realizar durante a presidência francesa da UE em 2008. Dessa convenção, sairá um novo tratado, a ser ratificado simultaneamente em todos os Estados membros. Finalmente, no que respeita ao alargamento à Turquia, a candidata socialista já afirmou que é preciso respeitar a decisão tomada de aceitar a candidatura turca mas que a adesão dependerá, em fim de contas, do resultado do referendo que a França terá de realizar.

De forma mais ou menos clara forma-se então uma imagem do que os adversários na corrida ao Eliseu pensam sobre o futuro da Europa. O tema é incontornável na campanha que se avizinha.

### ■ Turquia: o impasse nas negociações

Em Outubro de 2005, os líderes da UE tomaram a histórica decisão de abrir negociações de adesão com a Turquia. Desde então, o consenso em torno da questão parece cada vez mais frágil, lançando dúvidas sérias acerca da direcção das relações UE-Turquia. Um impasse temporário ou uma grave crise que pode pôr em causa as ambições do governo em Ancara?

A coligação governamental alemã, liderada por Angela Merkel, não esconde as divisões internas sobre o assunto e procura promover um debate acerca das “fronteiras da Europa”, a França está refém de um referendo prometido e introduzido na Constituição pelo

Presidente Chirac e a Comissão Europeia encontra cada vez mais dificuldades em fazer passar um discurso de que a Turquia deve ser avaliada com base nos progressos da negociação dos vários capítulos necessários para a adesão.

Este clima pessimista, que os vários actores em causa assumem explicitamente, não se deve, contudo, a um retrocesso no processo de reformas económicas e políticas da Turquia. Apesar da crescente instabilidade interna, as opções do governo turco parecem dar os seus frutos: segundo a OCDE, a economia do país cresceu a um ritmo muito forte desde a crise de 2001 e as taxas de crescimento devem-se essencialmente aos programas de estabilização macro-económica e de reforma das instituições. O relatório refere ainda a importância das negociações de adesão à UE como factor de reforço das políticas governamentais e de atracção de investimento estrangeiro.

O problema actual é essencialmente político e prende-se com a questão nunca resolvida da divisão de Chipre. A Turquia recusa abrir os seus portos e aeroportos a embarcações e aviões cipriotas gregos, o que constitui uma violação da união alfandegária que o país estabeleceu em 1995 com a UE. O gesto é defendido pelas autoridades turcas como reacção ao embargo internacional à parte turca de Chipre, numa altura em que não se vislumbra uma solução definitiva para a divisão da ilha. Perante a intransigência turca, os governos grego e cipriota bloquearam a abertura de negociações em novas áreas, algumas delas fundamentais, como a indústria e as empresas. A Presidência finlandesa fala já de uma crise que pode pôr todo o processo em risco por vários anos. A Comissão Europeia estabeleceu Dezembro como prazo máximo para o fim das restrições alfandegárias. A Turquia, contudo, não está disposta a recuar na sua decisão. O relatório que a Comissão publicou a 8 de Novembro sobre os progressos nas negociações não afastou a hipótese de suspensão do processo, caso a situação não se altere.

A crispação agora criada não parece ser apenas um problema passageiro. Uma pausa nas negociações não responde às questões fundamentais que a adesão da Turquia coloca: como é que a Europa se define a si própria? E que ambições possui como actor internacional?

## O regresso dos grandes planos?

Para muitos analistas da União Europeia a imagem de marca do actual Presidente da Comissão Europeia, Durão Barroso, é o pragmatismo, a preferência por projectos pequenos que não necessitam de reformas

institucionais significativas mas cujos resultados vão ao encontro dos anseios dos cidadãos por uma Europa “que funciona”. Foi o caso das propostas de uma política europeia de energia, a criação de um equivalente europeu do MIT ou de adopção da tomada de decisões por maioria qualificada para todas as matérias de Justiça e Assuntos Internos.

Sem pôr em causa esta opção, a Comissão Europeia dá sinais de estar atenta às propostas que surgem nas capitais dos Estados membros e, segundo o *Financial Times* de 27 de Outubro de 2006, prepara-se para liderar (ou, pelo menos, ter uma forte influência) numa nova grande iniciativa de reforma, uma “mega-negociação”, na qual se cruzariam os grandes temas que a União tem por resolver.

Aproveitando a Presidência alemã do primeiro semestre de 2007, começariam a ser postas em cima da mesa propostas para resolver quatro grandes questões, cuja importância varia conforme as chancelarias em causa – funcionamento das instituições (Tratado Constitucional), alargamento, Política Agrícola Comum e o orçamento da União. Na velha tradição europeia, a ideia que circula pelas capitais da UE é a de conseguir cruzar compromissos para as várias áreas, que permitam, em Dezembro de 2008 (no fim da próxima presidência francesa) ter um resultado global pronto a ser aprovado por todos os Estados membros. Em troca de uma reforma do orçamento, que reduza grande parte dos fundos da PAC, um governo britânico liderado por Gordon Brown poderia aceitar uma versão revista da Constituição Europeia. Esta última é uma prioridade da chanceler alemã, Angela Merkel, que provavelmente teria de aceitar cedências no que respeita ao alargamento. Entre os diversos interesses e prioridades em jogo, cabe à Comissão encontrar o ponto de equilíbrio em que todos se possam rever.

Segundo o *FT*, um projecto desta envergadura é talvez aquilo que a Europa em crise necessita. É igualmente uma jogada arriscada para o Presidente da Comissão, que com um tal projecto estaria a decidir o seu futuro político depois do fim do actual mandato, em 2009.

## Prioridades da presidência alemã

As discussões dos últimos meses nos círculos europeus têm em grande medida girado em torno da capacidade da presidência alemã, no primeiro semestre de 2007, para lançar as bases que permitam ultrapassar o impasse em que a Europa se encontra mergulhada, deixando sinais claros de que os líderes europeus possuem uma visão clara para o futuro deste projecto político. Para Angela Merkel, Chanceler alemã eleita com uma maioria muito frágil, trata-se de um importante teste político,

sobretudo para quem se reivindica herdeira do antigo Chanceler Helmut Kohl. Com todos os olhos colocados em Berlim, quais os sinais já conhecidos sobre as prioridades da presidência alemã?

O primeiro sinal de Merkel foi de prudência. A Chanceler está consciente que sem uma nova liderança em Paris será muito difícil construir uma proposta de resolução da crise criada pelo chumbo do Tratado Constitucional em França e na Holanda. Lançar projectos ambiciosos que no médio prazo seriam abandonados destruiria a credibilidade do governo alemão e deixaria muito comprometida a sua capacidade de negociar novas propostas. Por outro lado, Berlim já ratificou o actual projecto de Constituição Europeia e apesar de aceitar que esse texto está morto, não prescinde de um novo Tratado. Prudência, portanto, não deve ser confundida com falta de ambição, mas Merkel não quer que o futuro da Constituição domine por completo a presidência que se avizinha.

Num *podcast* semanal em meados de Outubro, Merkel apresentou de forma clara as cinco grandes questões a que a Presidência alemã deverá responder, avançando já algumas respostas: Primeiro, qual o significado actual dos valores da União? – a resposta a esta questão é fundamental para que a Europa se afirme perante outras culturas e religiões; Segundo, onde devem ser traçadas as fronteiras da Europa? – para além dos candidatos em negociações, a UE não pode num futuro próximo admitir novos membros e as negociações com a Turquia devem ser vistas como ‘open-ended’; Terceiro, como melhorar a dinâmica económica da Europa? – isto implica um ataque à burocracia e uma aposta clara na inovação; Quarto, que papel para a Europa na regulação da economia global? Como pode a Europa ser influente na definição das grandes linhas da economia e comércio mundiais?; Quinto, como definir de forma clara quais são as competências da União? – é aqui que surge a questão da Constituição europeia, em relação à qual o objectivo da chanceler é estabelecer um calendário de preparação.

A perspectiva de Berlim é a de um processo de médio prazo, que se baseia fortemente na continuidade que as presidências seguintes conseguirem dar aos passos lançados no primeiro semestre de 2007. Uma responsabilidade acrescida, portanto, para a Presidência portuguesa que se lhe segue.

## A vizinhança da União vista pelos europeus

A maioria dos europeus desconhece que a União Europeia possui uma política específica para com os países vizinhos e tem apenas uma noção vaga de que

países são neste momento candidatos à adesão. Contudo, têm igualmente uma ideia sobretudo positiva das relações da União com esses países e mostram-se favoráveis à inclusão no médio/longo prazo de novos membros. A necessidade da União se dotar de uma política em relação aos países que não têm perspectiva de aderir não é reconhecida pelos inquiridos. A maior parte destes pensa que os vizinhos não devem ter um tratamento diferente de qualquer outro Estado terceiro. Estas são algumas das conclusões do número especial do Eurobarómetro dedicado à questão da Política Europeia de Vizinhança, que inclui também uma reflexão sobre o processo de alargamento.

Apesar de uma falta de informação generalizada, o estudo contém algumas ideias interessantes. A existência de uma fronteira terrestre entre os países terceiros e os actuais membros é um factor decisivo para que os primeiros sejam considerados vizinhos. Quase 60% dos inquiridos considera a Rússia e a Ucrânia como vizinhos da União Europeia, mas só 32% colocam Marrocos na mesma categoria. De facto, até mesmo no universo dos inquiridos espanhóis, só 44% vêem o país do Magrebe como um vizinho. Esta distância psicológica é também visível quando se pergunta se os países vizinhos partilham os valores da Europa: 60% dos europeus pensa que não, contra apenas 31% que responde positivamente. Na Holanda, as respostas negativas chegam aos 77%.

Revelam-se também algumas diferenças significativas entre novos e velhos membros. Por exemplo, há em geral um interesse muito maior (e mesmo mais conhecimento) dos novos membros em relação à política de vizinhança: Os 51% de letões que dizem já ter ouvido falar dessa política contrastam com os 7% de britânicos que responderam positivamente. São também os cidadãos dos novos Estados membros que se apresentam como mais favoráveis a um relacionamento especial com a vizinhança.

Quanto aos domínios para uma cooperação mais estreita entre a UE e os países vizinhos, a luta contra o terrorismo e a criminalidade aparecem no topo das preferências dos europeus, seguidos das questões de democracia, energia e ambiente. Há portanto uma equivalência entre as matérias para cooperação com os vizinhos e os assuntos que surgem no topo das preocupações dos cidadãos europeus na maior parte das sondagens de opinião pública. Uma ideia reforçada pela opinião, partilhada por 70% de europeus, que a estabilização dos países vizinhos é um factor de redução do risco de guerra e de conflitos na Europa.

